



Demonstrações Financeiras do Exercício de 2014

Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO) submete a apreciação de Vossas Senhorias o Relatório de Administração e suas Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício 2014, acompanhado dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes. Esses documentos foram elaborados na forma dos dispositivos contidos na Lei das Sociedades Anônimas, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações.

PERFIL DA EMPRESA

Somos uma Empresa de Economia mista criada em 25 de agosto de 1969, responsável por estudos, projetos e execução de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o estado de Sergipe, promovendo a universalização desses serviços através de soluções efetivas e participativas, para melhoria da qualidade de vida da população. Nosso principal acionista é o governo do Estado que detém 99% do total das ações.

Nosso mercado preferencial é o Estado de Sergipe, onde operamos com abastecimento de água em 71 (setenta e uma) sedes municipais, além de 563 povoados nas modalidades Residencial, Comercial, Industrial e Setor Público. Em 2014 atingimos o índice de cobertura de 81,18% para os municípios em que a DESO atua com serviços de Abastecimento de Água.

Contamos com 6.557 km de Rede de Distribuição, que permite que a água captada através de adução, após tratada, atenda a demanda de 575.783 economias. Houve este ano um acréscimo de 20.725 economias em relação a 2013. E,

para tanto foram investidos recursos da ordem de 136,00 milhões, oriundos dos Governos, Federal, Estadual e Municipal.

Atuamos ainda, na coleta e tratamento dos esgotos sanitários em 04 sedes municipais e 03 localidades do Estado, contribuindo dessa forma, para melhoria da qualidade de vida da população. Em 2014, o Governo do Estado garantiu a aprovação de projetos de Sistemas de Abastecimento de Água e de Ampliação de Esgotamento Sanitário que receberão recursos do Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, para execução a partir de 2015.

CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE

A DESO, vem atuando para gradativamente mitigar o impacto ambiental, decorrente das suas atividades de tratamento e operação de Sistemas de Água e de Esgotos Sanitários. As estações de tratamento dos novos projetos enquadram-se nas Normas estabelecidas pelos órgãos Ambientais, a exemplo da Estação de Tratamento de Esgotos do município de Barra dos Coqueiros. No Planejamento Estratégico para o quadriênio 2014/2018, serão desenvolvidas ações estruturais para estabelecer a adequação dos equipamentos de operação antigos, às exigências ambientais atuais.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Em 2014, o Governo do Estado garantiu a aprovação de projetos de Sistemas de Abastecimento de Água e de Ampliação de Esgotamento Sanitário que receberão recursos do Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O total dos investimentos realizados no exercício de 2014 aumentou em mais de noventa por cento (90%) em relação a 2013, passando de R\$ 72,403 milhões para R\$ 138,546 milhões. Desse total, 67% foi aplicado em obras de construção e ampliação do sistema de abastecimento de água em diversos municípios e 32% em projetos

de esgotamento sanitário.

A origem dos recursos teve como fonte principal o PAC- Programa de Aceleração do Crescimento em sua segunda fase, e, o Governo do Estado, é o responsável pela contrapartida exigida em diversos contratos de financiamento.

PRÊMIOS CONQUISTADOS

Destacamos os prêmios conquistados em 2014, concedidos somente as Empresas dedicadas às questões do Meio Ambiente:

Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento – PNQS, instituído pela ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e Comitê Nacional da Qualidade, que busca incentivar e reconhecer as boas práticas de gestão pelas organizações envolvidas com Saneamento ambiental no país, Diplomas do CNQA – Comitê Nacional da Qualidade – Participação Especial nos níveis:

B – Gerência de Operações Norte(GONO) e Gerência de Operações Sul (GOSU)

I - Gerência Comercial Norte (GCNO) e Gerência Comercial Sul (GOSU).

Antônio Sérgio Ferrari Vargas
Diretor Presidente

Haroldo Anderson Déda Filho
Diretor de Gestão Corporativa

José Edson Leite Barreto
Dir. De Meio Ambiente e Eng.

Sílvio Múcio Farias
Diretor de Operações

Amito Brito Filho
Diretor Comercial Financeiro

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

	R\$(1) 31/12/2014	R\$(1) 31/12/2013
CIRCULANTE	90.611.944	84.409.888
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.585.642	8.953.750
Caixa e bancos	1.200.195	3.353.466
Aplicações de liquidez imediata	7.385.447	5.600.284
DIREITOS REALIZÁVEIS	82.026.302	75.456.138
Contas a receber de Usuários (Nota 3)	72.349.817	68.542.909
Estoques (Nota 3)	854.189	2.120.871
Outras créditos	8.822.296	4.792.358
NÃO-CIRCULANTE	1.254.262.238	1.151.023.506
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.026.922	665.342
Depósitos judiciais (Nota 3)	1.026.922	665.342
IMOBILIZADO (Nota 3)	1.253.235.316	1.150.358.164
TOTAL DO ATIVO	1.344.874.182	1.235.433.394

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

PASSIVO

	R\$(1) 31/12/2014	R\$(1) 31/12/2013
CIRCULANTE	115.490.017	109.823.083
Fornecedores	48.371.905	44.758.144
Retenções contratuais	775.118	964.479
Provisão de férias e gratificação	7.596.110	9.424.512
Contas a pagar Energia Elétrica (Nota 4)	2.046.293	3.511.110
Impostos, taxas e contribuições diversas (Nota 5)	11.031.820	8.383.370
Empréstimos e financiamentos (6)	29.697.595	24.944.022
Parcelamentos (Nota 7)	14.863.130	16.075.403
Consignações a recolher	995.111	852.798
Salários e ordenados a pagar	112.935	796.310
Outros débitos	112.935	112.935
NÃO-CIRCULANTE	141.048.960	153.912.187
Parcelamentos (Nota 7)	81.140.851	66.883.670
Empréstimos e financiamentos (Nota 6)	24.129.481	28.969.628
Provisão Para Contingências (nota 8)	6.462.738	28.742.999
Recursos Vinculados a Convênios (Nota 9)	29.315.890	29.315.890
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.088.335.205	971.698.124
Capital realizado (Nota 11)	899.488.607	899.488.607
Subscrito	899.488.607	899.488.607
Reservas de Capital	20.112.383	20.112.383
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 10)	425.302.248	291.248.898
Prejuízos Acumulados	-256.568.033	-239.151.764
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.344.874.182	1.235.433.394

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	R\$(1)	
	1/1/2014	1/1/2013
	A	A
	31/12/2014	31/12/2013
Receita Operacional Líquida (Nota 13)	360.729.913	341.271.350
Custo dos Serviços (Nota 14)	-229.160.922	-224.274.852
Lucro Bruto	131.568.991	116.996.498
Despesas Operacionais Comerciais (Nota 15)	-135.918.655	-118.991.585
Administrativas (Nota 15)	-52.519.940	-50.624.729
Despesas fiscais e tributárias	-93.067.568	-73.941.248
Despesas fiscais e tributárias	-2.603.908	-2.488.871
Outras Receitas (despesas operacionais)	10.431.360	2.053.744
Contingências Cíveis e Trabalhistas	1.841.401	6.009.519
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	-4.349.664	-1.995.087
Receitas (Despesas) Financeiras	-13.066.605	-12.662.208
Receitas	1.595.481	663.705
Juros e encargos financeiros	-11.894.828	-10.608.171
Variações Monetárias	-2.767.258	-2.717.742
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos e contribuições	-17.416.269	-14.657.295
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	-17.416.269	-14.657.295
Prejuízo por Ação do capital social (por lote de 1.000 ações)	-1,68	-1,41
Quantidade de Ações	10.362.771.972	10.362.771.972

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	R\$(1)	
	PERÍODO DE 1/1/2014 A 31/12/2014	PERÍODO DE 1/1/2013 A 31/12/2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	-17.416.269	-14.657.295
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa líquido Aplicado/obtido nas/das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	66.955.004	87.185.571
(Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	35.462.957	35.247.236
Provisão p/perdas na realização de créditos	277.630	800
Provisão p/contingências	17.010.891	24.327.017
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos	14.429.340	14.429.340
Variação monetária sobre financiamentos	11.436.268	10.463.435
	2.767.258	2.717.743
Total	49.538.735	72.528.276
Aumento (diminuição) das contas dos grupos do ativo e passivo circulantes:		
Cientes	-20.817.799	-15.660.724
Estoques	1.266.682	-115.273
Outros créditos	2.566.510	-1.670.777
Outras contas ativas de longo prazo	-361.580	9.075.623
Fornecedores	2.148.945	12.859.863
Retenções contratuais	-189.361	-77.077
Contas a pagar	14.257.180	-330.091
Impostos, taxas e contribuições diversas	2.790.336	1.086.281
Consignações a recolher	142.314	296.176
Provisão p/ Férias e Gratificação	-1.828.403	2.848.564
Salários e ordenados a pagar	2.752.199	796.310
Outros Débitos	-22.280.260	-
Total Aumento(diminuição) Contas do Circulante	-19.553.237	9.108.875
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	29.985.498	81.637.151
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-138.617.739	-83.747.165
Recebido por venda de ativo imobilizado	-	-
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-138.617.739	-83.747.165
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Adiantamento p/futuro aumento de capital	134.053.350	50.626.450
Ajuste de Exercício Anterior	-	-29.475.977
Parcelamento de Dívidas Tributárias	-	-
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contraída	-10.057.824	-14.486.428
Empréstimos Obtidos com Instituições Financeiras	23.433.064	33.167.746
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras	-32.568.008	-40.195.907
Recursos Vinculados a Convênios	-	228.789
Adiantamento p/ conta da dívida contraída e parcelada	-6.596.449	-
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	108.264.133	-135.327
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES	-368.108	-2.245.341
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 01 DE JANEIRO	8.953.750	11.199.091
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	8.585.642	8.953.750

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PERÍODO DE 01/01/2013 A 31/12/2014)

R\$(1)

ESPECIFICAÇÕES	CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
SALDOS EM 31/DEZ/12		671.551.818	20.112.383	-224.494.469	468.559.236	935.728.968
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL			-	-	50.626.451	50.626.451
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL		227.936.789	-	-	-227.936.789	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO			-	-14.657.295	-	-14.657.295
SALDOS EM 31/DEZ/13		899.488.607	20.112.383	-239.151.764	291.248.898	971.698.124
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL			-	-	134.053.350	134.053.350
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL			-	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO			-	-17.416.269	-	-17.416.269
SALDOS EM 31/DEZ/14		899.488.607	20.112.383	-256.568.033	425.302.248	1.088.335.205

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Antônio Sérgio Ferrari Vargas
Diretor Presidente

Haroldo Anderson Deda Filho
Dir. De Gestão Corporativa

José Edson Leite Barreto
Dir. De Meio Ambiente e Eng.

Sílvio Múcio Farias
Diretor de Operações

Amito Brito Filho
Dir. Comercial Financeiro

Gilson Ribeiro de Jesus
Contador CRC/ISE 1923

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

[Valores Expressos em R\$(1)]

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO é uma empresa de economia mista, com sede em Aracaju, criada pelo Decreto-lei Estadual nº 109, de 25/ago./69, com as alterações do Decreto-lei nº 268, de 16/jan./70, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.

A empresa tem por objetivo a prestação e administração dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o território do estado de Sergipe, cabendo-lhe:

- realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e esgotos sanitários;

- fixar e arrecadar as tarifas e taxas específicas ou receitas especializadas fixadas pelos poderes estaduais e/ou federais, para custeio de seus objetivos;

- estabelecer, disciplinar e regulamentar as normas de instalação, ligação e uso dos serviços de água, esgotos sanitários e de saneamento em geral;

- cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares sobre abastecimento, instalação e uso de água e de esgotos sanitários e de saneamento em geral, inclusive ligações provisórias, definitivas e seu corte, inscrições e sua baixa, interrupções de suprimento e aplicação de penalidades.

Com o advento da Lei 11.445/2007, foi estabelecido o novo marco regulatório do Saneamento no País, devendo todas as instâncias envolvidas em tais atividades se adequar à nova Lei. O Estado de Sergipe aprovou junto a Assembléia Legislativa a Lei complementar nº 176 de 18 de dezembro de 2009, criando as Microrregiões de Saneamento Básico, relativo aos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários criando-se ainda a AGENCIA REGULADORA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E A POLÍTICA ESTADUAL DE SANEAMENTO (LEI Nº 6.977 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2010).

A Companhia por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários. As renovações dos contratos de concessão têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 72 sedes municipais operadas, 10 (dez) dos contratos de concessão estão em processo de renovação por estarem vencidos. Portanto, 86% dos municípios que a empresa opera está com os contratos formalizados. Em 31 de dezembro de 2014, os bens patrimoniais relacionados às concessões estão registrados no ativo imobilizado, não houve até esta data modalidade de contrato de acordo com as novas regras da Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/ dez./14 e 31/dez./13 foram preparadas de acordo com as novas práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941./09. Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido do período e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.

O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais de contabili-

dade – IFRS ocorreu em duas etapas, a primeira em 2009 com a emissão dos pronunciamentos contábeis CPC 01 ao CPC 14, que foram aplicados pela Companhia em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009, e a segunda com aplicação em 2010 dos pronunciamentos contábeis CPC 15 ao CPC 40 e 43 (exceto o CPC 34 ainda não emitido)

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

APURAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

A Companhia registra como prática contábil o reconhecimento da receita a faturar, calculada com base em estimativas mensais dos montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados os ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Particulares	174.017.848	156.557.769
Público	73.720.196	73.396.158
Contas a Faturar	20.347.295	17.313.613
(-) Perdas Prováveis c/Clientes	(195.735.522)	(178.724.631)
Contas a Receber, líquido	72.349.817	68.542.909

Os montantes constituídos na rubrica de Perdas Prováveis com clientes foram debitados ao resultado do exercício de 2014 com base nos seguintes critérios.

1) Contabilização como despesas no exercício de 2014 o montante de R\$ 17.010.891 atribuído às Perdas do período e formação de provisão.

ESTOQUES

Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2014	2013
Almoxarifado Central	854.189	2.120.871
TOTAL	854.189	2.120.871

DEPOSITOS JUDICIAIS

Representam depósitos judiciais referentes a processos trabalhistas e Cíveis

h) IMOBILIZADO

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até 31/dez/95, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A Companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infra-estrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/ dez./14

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.009.599.038	321.203.631	688.395.407
Sistema de Esgoto	247.342.075	54.307.527	193.034.548
Bens de Uso Geral	27.202.241	19.849.022	7.353.219
Subtotal em Operação	1.284.143.354	395.360.180	888.783.174
Obras em Andamento	364.452.142	0	364.452.142
TOTAL GERAL	1.648.595.496	395.360.180	1.253.235.316

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/ dez./13

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	937.502.773	260.279.497	677.223.276
Sistema de Esgoto	230.198.421	49.749.216	180.449.205
Bens de Uso Geral	83.199.462	49.968.831	33.230.631
Subtotal em Operação	1.250.900.656	359.997.544	890.903.112
Obras em Andamento	259.455.054	0	259.455.054
TOTAL GERAL	1.510.355.710	359.997.544	1.150.358.166

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS DE DEPRECIACÃO
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrômetros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

i) EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

j) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos até 31/dez./14. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

k) DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO-CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

NOTA 8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte de diversos processos de origem, trabalhistas e cíveis, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificadas como provável e possível. A companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas e cíveis, conforme demonstradas a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA BASE 31/DEZ./14	PROVISÃO EM 31/DEZ./14	PROVISÃO EM 31/DEZ./13
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS			
Possível	4.127.815	4.127.815	23.637.717
Provável	4.585.525		
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS			
Possível	2.334.922	2.334.922	5.105.282
Provável	1.024.313		
TOTAIS	12.072.575	6.642.738	28.742.999

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos.

NOTA 4. CONTAS A PAGAR ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos correspondem às seguintes obrigações

DESCRIÇÃO	2014	2013
Cercos	5.334	23.518
Coelba	37.921	70.095
Energisa	1.804.592	3.219.051
Sulgipe	198.446	198.446
TOTAL	2.046.293	3.511.110

NOTA 5. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Cofins	1.815.577	1.805.057
Imposto de Renda Retido na Fonte	3.223.653	1.216.847
FGTS	1.002.337	866.671
INSS	3.768.939	2.716.029
PIS PASEP	394.194	391.916
Outros	827.120	1.386.850
TOTAL	11.031.820	8.383.370

NOTA 9 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIO

DESCRIÇÃO	2014	2013
Prefeitura de Aracaju	16.887.992	16.887.992
Secretaria da Infra-estrutura - SEINFRA	10.000.000	10.000.000
Secretaria do Planejamento - SEPLAN	2.199.108	2.199.108
Instituto e Colonização Agrária - INCRA	228.790	
TOTAL	29.315.890	29.087.100

NOTA 10 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 134.053.350, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Infra-estrutura, em nome do Governo do Estado de Sergipe, cujos recursos foram aplicados em diversas obras de saneamento e esgotamento.

NOTA 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 11.000.000.000 de ações. Em 31/dez./13, o capital social integralizado era de R\$ 899.488.607, composto por 10.362.771.972 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 8.600.000.000 de ações ordinárias e 1.762.771.972 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R\$
Estado – SE	8.599.999.537	1.737.662.695	10.337.662.232	897.309.082
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNOCS	0	232.935	232.935	20.219
Prefeituras	0	273.819	273.819	23.768
Diversos	463	60	523	45
TOTAIS	8.600.000.000	1.762.771.972	10.362.771.972	899.488.607

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2013 e 2012.

NOTA 12. PLANO ASSISTENCIAL

A Companhia instituiu uma entidade, sob a forma de sociedade civil, denominada Instituto Assistencial do DESO – DESUS, com fins assistenciais e não-lucrativos, conforme exigências da legislação brasileira. Em 30/jul./91 o Estatuto da DESUS foi aprovado em ata de reunião do Conselho de Administração da DESO, tendo sido publicado no D.O.E. em 26/ago./91.

Os objetivos primordiais do DESUS são: a) prestar assistência social aos empregados das mantenedoras do DESUS; b) firmar convênios com entidades abertas de previdência privada, sem fins lucrativos, para complementar a previdência oficial em favor dos empregados das mantenedoras (atualmente firmado com a Mongeral Previdência Privada S/A); e c) promover o bem-estar social dos seus destinatários.

O custeio dos planos do DESUS é atendido pelas seguintes fontes de receitas: a) jóias e contribuições mensais dos associados; b) contribuições mensais das mantenedoras, limitadas a 8% a folha de remuneração bruta dos empregados; c) receitas de aplicações do patrimônio; e d) doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O DESUS aplica seu patrimônio estruturado dentro das técnicas atuariais e integrado no plano de custeio, tendo em vista: a) rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano

de custeio; b) garantia real dos investimentos; c) manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados; e d) teor social das intenções.

No orçamento anual, as despesas de administração são limitadas a taxa de 15% das respectivas receitas de cobertura.

Auxílio Desemprego

O auxílio desemprego é prestação assistencial prevista no item IV do artigo 15 do Estatuto do DESUS para compensar parcialmente a perda salarial dos seus destinatários em caso de desemprego. O auxílio desemprego será concedido na forma de pagamento mensal ou de uma só vez, observadas as condições estabelecidas no regulamento.

Em relação ao Plano de Custeio, os compromissos do auxílio desemprego serão custeados exclusivamente pelas mantenedoras, vedadas qualquer contribuição dos associados para o mesmo fim. O custeio do auxílio desemprego será realizado mediante contribuições mensais para a constituição dos fundos.

Para a cobertura dos riscos de desemprego assegurada aos associados de idades inferiores a 60 anos, em face da dificuldade de retorno à atividade, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Anormal (Fundesa) com 85% do recolhimento mensal das mantenedoras, resultante da aplicação, sobre as remunerações fixas de seus associados (salário-base e incorporações), a taxa resultante da multiplicação do índice salarial do associado pelo “índice etário” da tabela Fundesa.

Para a cobertura dos riscos de desemprego não previsto anteriormente, o DESUS constituirá o Fundo de Desemprego Normal (FUNDESN), com 85% do recolhimento mensal da mantenedora individualizado em nome de cada associado e resultante da aplicação sobre sua remuneração fixa, da taxa fixada com base em tabelas atuariais aprovadas anualmente pelo Conselho de Curadores do DESUS.

No exercício de 2014 a mantenedora repassou à DESUS o montante de R\$ 1.435.670, sendo o valor de R\$ 1.292.103 destinados aos fundos e R\$ 143.567 para o custeio das despesas de administração.

Na data de 31/dez./14 o Instituto Assistencial da DESO – DESUS possuía um efetivo de 549 associados.

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Receita Operacional Bruta		
Receitas de Água	322.818.564	308.289.558
Receitas de Esgoto	47.570.126	44.918.659
Receitas de Outros serviços	23.776.346	21.219.020
Receitas a Faturar	3.033.681	1.478.632
Total das Receitas Operacionais	397.198.717	375.905.869
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(29.954.700)	(28.456.470)
PIS/PASEP	(6.514.104)	(6.178.049)
Total das deduções	(36.468.804)	(34.634.519)
Total da Receita Operacional Líquida	360.729.913	341.271.350

A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Pessoal	(99.445.083)	(100.718.545)
Material	(22.692.898)	(16.402.576)
Serviços de Terceiros	(75.467.713)	(69.207.148)
Depreciação	(31.018.326)	(33.352.720)
Outros custos	(536.902)	(4.593.863)
Total dos Custos dos Serviços	229.160.922	(224.274.852)

A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2014	2013
Despesas Comerciais		
Pessoal	(17.626.361)	(12.113.822)
Material	(3.075.998)	(64.028)
Serviços e Terceiros	(14.536.150)	(6.929.195)
Perdas de Crédito	(17.010.891)	(24.327.017)
Outras despesas comerciais	(270.540)	(7.190.667)
Total das Despesas Comerciais	(52.519.940)	(50.624.729)
Despesas Administrativas		
Pessoal	(45.382.586)	(37.307.050)
Material	(163.127)	(5.338.076)
Serviços de Terceiros	(36.897.464)	(28.974.739)
Depreciação	(4.444.630)	(1.894.516)
Outros Custos	(6.179.761)	(426.867)
Total das Despesas Administrativas	(93.067.568)	(73.941.248)

NOTA 6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Bc Brasil ct 3611000004	6.763.238	2.125.651	8.888.889	ago/2016	5,25	CDI
Bc Brasil ct 947	4.843.549	3.983.629	8.827.178	07/2017	10,03	CDI
Banco Daycoval Ct 718086	3.471.105	4.577.980	8.049.085	10/2017	6,17	CDI
Bic Banco ct 12144011	4.353.574	1.155.840	5.509.414	03/2016	6,17	CDI
Finame ct 4000007-9	10.490	288.875	299.365	01/2024	3,5	CDI
Bic Banco ct 11986892	5.639.015	2.298.528	7.937.543	out/2016	6,17	CDI
Instituto Assistencial da DESO	4.616.624	9.698.978	14.315.602	fev/2017	5,80	CDI
TOTAIS	29.697.595	24.129.481	53.827.076	-	-	-

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 5,25% a 10,03% ao ano e atualização monetária com base no CDI, e vencimento final para OUTUBRO de 2017.

NOTA 7. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
Receita Federal Lei 11.941	6.671.059	56.138.253	63.951.415	Out/2024
INSS Parcelamento proc. 365585831	1.890.890	3.031.012	6.609.718	Nov/2015
RFB P. Ordinário Proc. 10510720264-67	1.355.883	2.713.475	5.186.932	Mar/2016
RFB Cofins Proc. 51612000082-05	1.040.975	4.148.402	5.981.719	Abr/2017
RFB Pasep Proc. 51712000192-20	213.928	852.529	1.229.289	Abr/2017
Débitos Trabalhistas	3.690.395	14.257.180	17.947.575	Ago/2017
TOTAIS	14.863.130	81.140.851	96.003.981	

A Companhia aderiu ao parcelamento do governo estabelecido através da Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, no qual foram incluídos todos os débitos com tributos federais e previdenciários vencidos até 30 de dezembro de 2013, administrados pela Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Os prazos requeridos no parcelamento são de até 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela TJLP e mensalmente com base na SELIC.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Recife, 06 de março de 2015.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO
Aracaju - SE

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) Os exames efetuados nos controles internos da companhia para as rubricas de Contas a Receber de Clientes, Fornecedores e Ativo Imobilizado (técnico e projetos de obras em andamento), indicam a necessidade de ajustes no processo de informação que alimentam os sistemas. Como consequência, não foi possível a aplicação de determinados procedimentos de auditoria que permitisse uma apreciação integral e adequada sobre os valores consignados nas respectivas rubricas e seus efeitos nas correspondentes contrapartidas, razão pela qual, deixamos de emitir opinião sobre o saldo dessa conta.

2) Conforme descrito na nota explicativa "3h", a companhia não realizou os testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos, conforme Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Consequentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para os reconhecimentos de perdas decorrentes da aplicação desse procedimento. Da mesma forma, a companhia não efetuou estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado. Como consequência, não nos foi possível mensurar os possíveis efeitos decorrentes de utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado nos exercícios de 2014 e 2013.

OPINIÃO COM RESSALVA

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos que possam advir dos assuntos descritos nos parágrafos de "1" e "2" de Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO, em 31 de dezembro de 2014, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

1) Conforme mencionado na nota explicativa "1", a companhia presta serviços para 72 municípios do Estado de Sergipe, mediante contratos de concessão com prazos que variam de 20 a 30 anos, sendo que, 10 contratos encontram-se vencidos e os contratos vigentes não atendem à Lei nº 11.445/07 do Marco Regulatório, que definiu novas regras para concessão de serviços públicos. De acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, nº 1.261/09 alterada pela Resolução nº 1.376/11, que aprovou a ITG 01 – Contratos de Concessão, em consonância a ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os ativos de infra estrutura vinculados aos contratos de concessão devem

ser classificados no Ativo Intangível. A administração da companhia, considerando as pendências existentes nos contratos de concessão para definição das regras sobre a reversão dos bens, decidiu manter seus investimentos em infraestrutura classificados na rubrica do Ativo Imobilizado. Não nos foi possível determinar os efeitos que o processo de adaptação dos contratos de concessão a nova lei e sua classificação para o Ativo Intangível poderão ter sobre as demonstrações contábeis de 2014 e 2013.


2) Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 de Provisão para contingências, a companhia é parte passiva em diversos processos de ações cíveis e trabalhista, adotando como critério reconhecer a provisão integral sobre os valores estimados como de perdas prováveis. Na opinião formal dos consultores jurídicos, base de apoio dos nossos exames, o montante provisionado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes dos processos. Da mesma forma, apesar de mencionado que não existe auto de infração indicando passivos tributários contra a companhia com expectativa de perda possível ou provável, as declarações de rendimentos e as contribuições sociais estão sujeitas a eventual lançamento adicional dos tributos por parte das autoridades fiscais durante o prazo de cinco anos.

3) Consoante informado na nota explicativa nº 7 – Parcelamentos a Companhia aderiu ao parcelamento estabelecido através da Lei nº 12.996/2014. Através desse permissivo legal a Companhia poderá liquidar os valores das multas de mora e dos juros com o aproveitamento de saldo de prejuízos fiscais existentes à época. O pedido de parcelamento associado aos benefícios de redução do débito fiscal com a utilização de saldo de prejuízos fiscais, quando homologado pela RFB, acarretará um reflexo positivo no resultado do exercício, assim como alterações significativas no saldo das contas do Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentados para fins de comparação foram anteriormente por nós auditados conforme Relatório dos Auditores Independentes emitido em 20 de fevereiro de 2014, com modificações quanto ao ativo imobilizado e ênfases 1) e 2) deste Relatório dos Auditores Independentes.


Audilink & Cia. Auditores
CRC/RS 6.688/O-2 S-SE
Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-SE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, à vista do Relatório dos Auditores Independentes - Audilink Auditores & Consultores, com data de 06 de março de 2015, com ressalva e parágrafos

de ênfase, elaborado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Exceto pela ressalva e parágrafos de ênfase, apontados no Relatório da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Audi-

toria Independente Audilink Auditores & Consultores, que a referida documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Aracaju (Se), 20 de março de 2015.

José Anderson Santos de Jesus
Jairo Henrique Cordeiro de Menezes
Gustavo Alves Tillmann